

DIVERSÃO E CLASSES SOCIAIS: O SIGNIFICADO DO LAZER NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Mateus Vieira Orio*

Introdução

O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão acerca do desenvolvimento histórico do lazer a partir de uma concepção dialética (Cf. MARX, 1999). Nesse sentido, é necessário partir do lazer enquanto concreto dado para reconstruir o fenômeno no pensamento como concreto determinado. Assim, a discussão histórica do lazer não será aqui apresentada meramente como uma coleção de “fatos” desarticulados, mas inserida em uma totalidade. Para tanto, não se deve desprezar os aspectos políticos inerentes à discussão e por isso mesmo a discussão das relações entre classes sociais é apresentada como fundamental.¹

A principal questão a ser discutida aqui é como o lazer se desenvolve na sociedade capitalista e quais as relações deste fenômeno com as classes sociais. Tendo como referencial teórico o materialismo histórico, que concebe a realidade como uma síntese de múltiplas determinações, afirmar a relação de um fenômeno social com as classes sociais é algo redundante. Nesse sentido, a proposta do artigo é simplesmente discutir o desenvolvimento histórico do lazer, esboçando elementos para a discussão da fração do capital que dele se apropria: o capital recreativo. Com isso, a presente análise aponta para a crítica e busca da superação da realidade analisada.

Nas seções subseqüentes serão apresentados a concepção de lazer; o desenvolvimento histórico do lazer; e alguns elementos da apropriação capitalista do lazer. Assim, a primeira seção traz como ponto de partida a definição de lazer diferenciando este fenômeno de outras práticas sociais, bem como situando-o entre as demais atividades desenvolvidas pelos seres humanos. A segunda seção tem como objetivo apresentar o desenvolvimento da sociedade capitalista e no interior desta sociedade a manifestação do lazer, entre outros elementos importantes para compreensão deste fenômeno imerso em uma totalidade. A terceira seção apresenta alguns aspectos da apropriação do lazer pelo capital, buscando relacionar os produtos de lazer com os fundamentos da sociedade capitalista. Ao final são apresentadas considerações

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Docente de ensino superior pela Universidade Estadual de Goiás, onde desenvolve projeto de pesquisa intitulado *Lazer e indústria cultural: a mercantilização e burocratização do tempo livre*.

¹ A discussão apresentada no presente artigo é decorrente da tese de doutorado desenvolvida pelo autor, defendida em 2018, em vias de publicação em forma de livro (ORIO, 2018, no prelo).

com o objetivo de retomar o panorama geral da discussão, apontando para a crítica da realidade social em geral e das práticas de lazer em específico.

Concepção de lazer

A preocupação com o lazer surge na sociedade moderna. É neste período histórico, que marca a ascensão e consolidação da sociedade capitalista, que o lazer enquanto fenômeno social passa a ser discutido no âmbito acadêmico (VIANA, 2014). Mas o que é então o lazer? A discussão sobre lazer geralmente aparece atrelada à discussão sobre trabalho (PADILHA, 2000). Porém, de início já podemos descartar a ideia de que todo o tempo que sobra em relação ao tempo de trabalho é tempo de lazer, pois além do trabalho outras atividades são colocadas aos seres humanos.

Partindo então da ideia da divisão do tempo dos seres humanos em atividades distintas, temos o *trabalho*, caracterizado pelo tempo em que os indivíduos estão no local de trabalho desempenhando suas funções; o *para-trabalho*, caracterizado por todo aquele tempo de preparação para o trabalho, como por exemplo o transporte; as *necessidades básicas*, caracterizadas pelas necessidades de comer, dormir e executar as funções fisiológicas do corpo humano; as *obrigações sociais*, caracterizadas por atividades relativas ao convívio social, como encontros familiares, resolução de questões burocráticas etc. O restante do tempo então seria considerado um “tempo livre” no qual os seres humanos desempenhariam atividades “espontâneas” e no qual se insere o lazer (VIANA, 2014).

A “liberdade” do tempo de lazer, porém não é uma liberdade “para” realizar as atividades desejadas, mas uma liberdade “de” demais obrigações. Nesse sentido, este tempo livre, descrito por uma fração do tempo total dos seres humanos, é um tempo em que os mesmos encontram-se livres do trabalho, do para-trabalho, das necessidades básicas e das obrigações sociais. É neste tempo que os seres humanos desenvolvem atividades que são caracterizadas como lazer.

Além disso, o lazer não necessariamente remete à práxis, entendida como atividade autorreflexiva dos seres humanos. A práxis é um tipo de atividade que remete à reflexão humana sobre a realidade em relação com a coletividade, que expressa, nesse sentido, a necessidade de ruptura com o capital e suas correntes. Desta forma, pode ser desenvolvida nos momentos de lazer, como na elaboração e exposição de poesia crítica, na associação e prática de movimentos sociais etc. Mas nos momentos de lazer podem também ser desenvolvidas atividades recreativas que não apontam para a coletividade nem, tampouco, para a ruptura com o capital.

Definimos então o lazer como um conjunto de atividades de recreação realizadas em um tempo residual dos seres humanos (Cf. VIANA, 2014). As atividades recreativas são caracterizadas pela espontaneidade, no sentido de sua não obrigatoriedade e o tempo é considerado residual porque é um tempo que sobra em relação à execução das demais atividades. Além disso, o lazer é considerado como tendo a função de renovar a força de trabalho, ou seja, promover o descanso dos trabalhadores necessário para que voltem a trabalhar em plenas condições.

Assim, o lazer não é antônimo de trabalho, não é sinônimo de tempo livre e não é, necessariamente, práxis. Não é o contrário de trabalho porque nem todo o tempo de não-trabalho é tempo de lazer; não é sinônimo de tempo livre porque implica em recreação e não consiste em um tempo para o exercício da liberdade; e não é necessariamente práxis porque no tempo de lazer podem ser realizadas atividades que não atingem este propósito.

Outro elemento a ser considerado é que o lazer é um produto moderno. De um ponto de vista histórico, entendendo a sociedade enquanto a sucessão de regimes de acumulação, podemos situar no período do modo de produção escravista, uma sociedade em que o “ócio” era considerado um privilégio, enquanto que o trabalho era desvalorizado, até por ser objeto dos indivíduos escravizados. No período do modo de produção feudal o ócio continuou como um privilégio, porém enquanto na sociedade escravista remetia à ideia de contemplação e cultivo ao intelecto, na sociedade feudal o ócio passa a se remeter ao cultivo da fé. O trabalho, por outro lado, na sociedade feudal é depreciado como um castigo divino, como uma consequência da queda do homem do paraíso. Na transição para o modo de produção capitalista, o trabalho passa a ser progressivamente valorizado e o ócio vai sendo depreciado, sendo identificado com “vadiagem”. (Cf. BACAL, 1988).

É, portanto, na sociedade moderna que o lazer adquire significado. O lazer difere do ócio principalmente porque na sociedade moderna o controle do tempo avança de tal modo que as diferentes atividades desenvolvidas pelos seres humanos passam a ser excessivamente demarcadas. Anteriormente o trabalho era medido pelas tarefas no sentido de que se alternava entre trabalho intenso e descanso prolongado (Cf. THOMPSON, 1998). As atividades eram amplamente demarcadas pelos ciclos da natureza que determinavam épocas de plantio, colheita e festas. Na sociedade capitalista o ciclo da natureza vai perdendo espaço para o ciclo da máquina e os precisos ponteiros do relógio passam a demarcar o momento de início e o momento de interrupção do trabalho.

Então, se nas sociedades pré-capitalistas tínhamos classes sociais que apenas praticavam o ócio, na sociedade moderna temos uma divisão entre o tempo dos indivíduos que trabalham e têm momentos de lazer. Porém, para compreendermos melhor como funciona essa divisão de tempo e como ela se expressa diferentemente entre as diferentes classes sociais, precisamos discutir o modo de produção da sociedade moderna.

O desenvolvimento histórico do lazer na sociedade capitalista

O capitalismo é o modo de produção moderno e o que o diferencia em relação às sociedades de classe anteriores é a produção de mais-valor. A produção de mais-valor implica em uma relação de classe entre burguesia e proletariado, ou seja, a burguesia explora o trabalho do proletariado a partir do qual extrai seus lucros. Esta relação se desenvolve da seguinte forma: o capitalista (burguês) investe na aquisição de meios de produção e de força de trabalho; os meios de produção, enquanto máquinas e matérias-primas, repassam seu valor ao produto final; a força de trabalho cria um valor novo que se concretiza no produto final; este valor novo que é criado não é pago integralmente ao trabalhador (proletário) que o produziu, mas é apropriado em grande parte pelo capitalista (MARX, 1996a).

Esta apropriação de valor ocorre porque se o valor das mercadorias em geral é determinado pela quantidade de trabalho nelas empregado medida pelo tempo, o valor da força de trabalho em específico é inferior ao valor que a força de trabalho pode produzir, já que ela é uma mercadoria especial. O valor da força de trabalho é determinado pela quantidade de trabalho empregado nela e esta quantidade é relativa à manutenção da vida do trabalhador. Porém, um trabalhador, enquanto força de trabalho viva, pode criar mais valor trabalhando do que o valor necessário para sua sobrevivência. E é neste valor a mais que repousa a exploração do capitalista. Por isso o mais-valor é o fundamento do modo de produção capitalista, constituindo-se no diferencial em relação aos outros modos de produção (MARX, 1996a).

A forma com que o mais-valor é explorado, no entanto, varia com o tempo. Estas variações são entendidas a partir da sucessão de regimes de acumulação capitalistas (Cf. VIANA, 2003; 2009). Um regime de acumulação compreende determinado estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, caracterizado por uma forma determinada de desenvolver os processos de trabalho (a extração do mais-valor); uma forma determinada de regulamentação das relações sociais (forma estatal); e uma forma determinada de relações internacionais, ou seja, das diferentes relações entre os países capitalistas. Além disso, um regime de acumulação expressa um momento de estabilidade no capitalismo, nesse sentido, os regimes de acumulação expressam a luta de classes em determinado período histórico. O

acirramento das lutas de classe pode expressar crises nos regimes de acumulação capitalistas, como também esboçar crises para o modo de produção como um todo.

Em meio a sucessão de regimes de acumulação, temos no capitalismo, o avanço de dois processos importantes: a mercantilização e a burocratização das relações sociais. A burocratização expressa a intensificação do controle sobre as relações sociais enquanto a mercantilização expressa a expansão da produção capitalista sobre as formas sociais. Nesse sentido, o lazer, como uma forma social moderna, é progressivamente mercantilizado (Cf. VIANA, 2016).

No período entendido como acumulação primitiva (Cf. MARX, 1996b) foram criadas as condições para a efetivação da produção capitalista. Estas condições envolveram o processo proletarianização, ou seja, era necessário se constituir um grande contingente populacional que servisse como força de trabalho para as nascentes indústrias capitalistas. Nesse sentido, houve os cercamentos de terras e a expulsão de inúmeros trabalhadores que sobreviviam da agricultura e criação de animais. Estas pessoas, morando nas cidades, não tinham alternativa para sobrevivência que não fosse o trabalho nas fábricas. Além disso, neste período eram também desenvolvidas leis de combate a vadiagem que impediam as pessoas de não vender sua força de trabalho.

Além da proletarianização, o desenvolvimento da burguesia enquanto classe social foi também fundamental. Este processo se desenvolveu com o estabelecimento das formas específicas de produção capitalistas e com a concentração de capitais. Os capitalistas se erigiram em um movimento de concentração de riquezas que implicou também em pirataria e espoliação (Cf. HUBERMAN, 1986; MARX, 1996b).

Com a industrialização os trabalhadores são forçados a adequar seu ritmo de trabalho ao ritmo das máquinas. Os baixos salários e o combate à vadiagem foram fundamentais para a consolidação do proletariado, pois impossibilitavam o desenvolvimento de atividades contrárias aos interesses capitalistas. Além da violência, as representações do “vagabundo” e do “preguiçoso” tornavam imoral aquele que não trabalhasse no ritmo intenso que era exigido na época (Cf. THOMPSON, 1998).

Criadas as condições, o primeiro regime de acumulação propriamente capitalista é o regime de acumulação extensivo, em que o mais-valor absoluto era a principal estratégia de desenvolvimento dos processos de trabalho. O mais-valor absoluto é caracterizado pelo aumento da jornada de trabalho e/ou diminuição dos salários, que faz com que a exploração capitalista seja maior (MARX, 1996a). Neste período da aurora do capitalismo o Estado liberal

era a forma predominante de regulação das relações sociais, com a democracia censitária e a intensificação da concentração de capital. A forma predominante de relações internacionais era o neocolonialismo, caracterizado pela importação de matérias-primas e exportação de mercadorias por parte dos países de capitalismo dominante em relação aos países subordinados.

As condições de trabalho neste período eram atroz e havia muitos confrontos por melhores condições de trabalho e diminuição da jornada (MARX, 1996a). Áreas de lazer começam a ser desenvolvidas nas cidades, porém com a prerrogativa de desfrute pela classe capitalista (BACAL, 1988). A produção de mercadorias vai se expandindo e, com a Revolução Industrial, vai se generalizando o uso do dinheiro e o capitalismo vai se expandindo para além da Europa (VIANA, 2016).

A Comuna de Paris em 1871 demarca a derrocada do regime de acumulação extensivo. Este movimento introduz uma nova forma de organização dos trabalhadores, com a gestão autônoma das lutas, que acarreta em uma crise capitalista. Esta crise desemboca na redução das jornadas de trabalho e na implementação de condições melhores para o trabalho nas fábricas. Para contrapor as quedas nas taxas de lucro decorrentes destes processos, a burguesia implementa o taylorismo como principal forma de organização do trabalho. Surge então o regime de acumulação intensivo.

O taylorismo é caracterizado pela busca da ampliação da produtividade, com a estratégia do mais-valor relativo. O mais-valor relativo implica na aceleração do processo produtivo por meio da intensificação da divisão do trabalho e do maior controle sobre os trabalhadores. Com isso, maior quantidade de mercadorias é produzida em menos tempo, fazendo com que o valor das mesmas caia. Na medida em que o valor das mercadorias que expressam a subsistência dos trabalhadores cai, o valor da força de trabalho também cai, acarretando em maior lucro para os capitalistas (MARX, 1996a).

Durante o regime de acumulação intensivo, a produção capitalista integra o aparato estatal, assim como vários produtos vão sendo mercantilizados. Expande-se também a consumação de mercancias. As mercancias (VIANA, 2016) expressam produtos que não são necessariamente mercadorias, mas que assumem tal forma, de modo a serem comercializadas. O uso de um sinônimo da palavra mercadoria remete justamente à forma que determinados elementos assumem que se assemelha à forma das mercadorias, em detrimento de seu conteúdo. A música, por exemplo, é mercantilizada neste período. Assim, algo que não pode ser trocado entre um vendedor e um comprador assume a forma de mercadoria por meio do disco. O disco

sim é uma mercadoria de fato, mas seu conteúdo é a música, uma mercancia que expressa o avanço do processo de mercantilização da sociedade no início do século XX.

Neste período tem-se o Estado liberal-democrático como forma predominante de regulamentação das relações sociais, os direitos civis e políticos passam então a se ampliar na sociedade. As relações internacionais são pautadas pelo imperialismo, assim o capitalismo oligopolista intensificava os conflitos entre os países dominantes que buscavam ampliar seus domínios nos demais países onde a produção capitalista estava sendo iniciada.

Juntamente com a ampliação dos direitos políticos tem-se também o avanço do processo de burocratização das relações sociais. Nesse sentido, são institucionalizados partidos políticos e sindicatos de modo que as reivindicações da população em geral e dos trabalhadores em específico são canalizadas para estes canais de mediação política, intensificando o controle sobre as relações sociais.

Outro aspecto da burocratização neste período, foi o aumento de controle sobre as diversões populares. Como a diminuição da jornada de trabalho proporcionou que os trabalhadores tivessem um tempo significativo fora do trabalho, um tempo que não fosse necessariamente reservado às necessidades básicas como em períodos anteriores, a classe capitalista passou a interferir sobre o lazer dos trabalhadores que estava se desenvolvendo. Ao se encontrarem nas tabernas, os trabalhadores reunidos podiam debater e criticar suas condições de trabalho. Em contraposição a isso foi se intensificando o controle. A igreja metodista, por exemplo, tentava reorientar as atividades populares tradicionais e, do ponto de vista moral, as feiras e tabernas eram consideradas foco de subversão e desordem. Em contraposição eram oferecidas práticas “civilizadas” como o esporte moderno em que os trabalhadores eram colocados na condição de meros espectadores e não praticantes. Desta forma, o corpo não se desgastava e estava pronto para o trabalho no dia seguinte.

Notoriamente estas tentativas de controle geraram tensões e os trabalhadores não aceitaram facilmente. Mas, para além disso, no início do século XX as lutas de classes se acirram com a ascensão de tendências revolucionárias como anarquismo e correntes radicais do marxismo. Mesmo com a conquista de alguns governos pela socialdemocracia, expressando concessões por parte dos capitalistas, o ímpeto revolucionário não foi dissipado. Assim, a crise no capitalismo culminou na derrocada do regime de acumulação intensivo.

A crise capitalista do início do século passado teve duas guerras mundiais como forma de superação. Na sequência, os Estados Unidos se consolidaram como a grande potência do capitalismo dominante. Após as duas guerras mundiais o capitalismo teve grande florescimento

com a reconstrução dos países devastados. Assim, foi possível constituir um Estado integracionista durante o regime de acumulação conjugado. O Estado integracionista, também chamado de “Estado de bem-estar social” teve como característica integrar os trabalhadores por meio de assistência social e consumismo.

O regime de acumulação conjugado é conceituado desta maneira por conjugar as duas formas de acumulação: *intensiva* nos países de capitalismo dominante e *extensiva* nos países de capitalismo subordinado. A acumulação intensiva significava maior produtividade por meio do processo de trabalho predominantemente fordista, caracterizado pela produção em grande escala, com o incremento dos meios de produção. Era o ritmo das máquinas impondo uma produção acelerada sobre os trabalhadores e aqueles que trabalhavam nas fábricas baseadas no fordismo recebiam aumento de salário, podendo consumir os produtos em que trabalhavam.

Com isso, os trabalhadores eram integrados ao capitalismo, surgindo ideias de que era possível um “capitalismo humanizado”. Porém, o que escapa do panorama destas ideias é que a acumulação intensiva nos países de capitalismo dominante, bem como o Estado integracionista, eram sustentados pela acumulação extensiva empreendida nos países de capitalismo subordinado. Assim, nestes países os processos de trabalho capitalistas eram desenvolvidos predominantemente a partir da estratégia do mais-valor absoluto, com extensão das jornadas de trabalho e salários reduzidos, incluindo precárias condições de trabalho. Intensificava-se, então, o imperialismo e nesta época formaram-se mercados de massa globais. O período foi marcado também pela ascensão das empresas transnacionais dentro da perspectiva de encontrar mercados em que a força de trabalho era mais barata.

Ademais, o regime de acumulação conjugado marca a extensão do controle dos operários da fábrica para a residência. Henry Ford defendia a ideia de que o que os operários faziam fora da fábrica influenciava na produtividade. Em meio a este processo de expansão da burocratização das relações sociais o lazer é instituído de forma acabada e cada vez mais mercantilizado. Proliferam então alternativas capitalistas de lazer e determinadas práticas, devido ao seu alto custo, se consolidam como prerrogativas das classes privilegiadas, intensificando a distinção social e, por outro lado, gerando insatisfação.

Neste período proliferam abordagens acadêmicas sobre a “sociedade de consumo” (Cf. BAUDRILLARD, 1995) e é possível sim afirmar que o consumo das mercadorias de lazer amplamente produzidas expressa então a necessidade de reprodução do capital. Na medida em que com o Estado integracionista amplia-se o tempo liberado do trabalho e amplia-se o consumo, consumir para divertir significa também consumir para escoar a produção, fazer girar

a roda capitalista. Foi durante este regime de acumulação que proliferaram automóveis, aparelhos de televisão, refrigeradores, como também casas de veraneio, exprimindo uma era de consumo exacerbado.

O processo de mercantilização avança ainda mais sobre a música, como também sobre o cinema e outras produções culturais. Além disso, ampliam-se os bares como espaço de consumo, clubes de jogos e eventos esportivos. O futebol cresce como esporte mercantilizado, sendo transmitido nos estádios como também em rádios e TVs. Então, ao mesmo tempo em que pagava-se para assistir aos grandes espetáculos, pagava-se também para adquirir os aparelhos reprodutores de música, filmes e esportes, promovendo e intensificando a acumulação capitalista.

Também é marcante neste período o surgimento de programas de lazer para os trabalhadores (BRETAS, 2010). Tais programas partem de uma concepção funcionalista de lazer, ou seja, do lazer como uma espécie de compensação para o trabalho e expressam, nesse sentido, uma contaminação do lazer pelo capitalismo. Os processos de burocratização e mercantilização caminham lado a lado. Os chamados serviços de recreação operária tinham o claro objetivo de controlar e disciplinar o tempo liberado do trabalho, possibilitando um retorno tranquilo à labuta cotidiana. Em meio a isso, destaca-se o debate em torno da “cidadania” totalmente atrelada ao trabalho no sentido de que ser cidadão, ter direitos, é considerado uma prerrogativa dos trabalhadores de carteira assinada.

Como uma espécie de contrapartida às políticas praticadas de altos salários e de bem-estar, exigia-se da massa de empregados a observância a um rígido código de condutas individuais e familiares. As normas higiênicas, a postura da contenção e da reserva, a proibição ao uso do tabaco e do álcool, a também proibição de se frequentar bares e cabarés, a condenação de todo tipo de prática que colocasse sob ameaça o bem estar físico e moral da coletividade, enfim, uma série de medidas disciplinares de coerção, repressão e vigilância, exercidas sobre os trabalhadores, caracteriza o tom do projeto civilizatório em questão (MASCARENHAS, 2005, p. 120).

Além do Estado, instituições sociais como igreja e escola intensificavam a pregação em torno do “lazer cidadão”. Porém, como toda imposição de controle, estas tentativas de enquadramento do lazer popular geraram resistência. As imposições não eram aceitas pelos trabalhadores de maneira automática. Com a necessidade crescente de levar benefícios para a população integrada ao consumo, a distinção social e a insatisfação se intensificavam. Em meio ao processo de mercantilização da cultura eclodiram movimentos sociais contraculturais e nos países de capitalismo subordinado a precarização do trabalho produzia resultados os quais não poderiam ser superados nas formas do regime de acumulação em vigor.

Então, no final da década de 1960 e início da década de 1970 o Estado integracionista começa a ruir. Os Estados Unidos viram sua hegemonia enfraquecer após finda a reconstrução dos países devastados pelas guerras e com isso países recém industrializados como o Japão ameaçavam a hegemonia estadunidense. Houve então intensificação da luta de classes, o movimento estudantil e o movimento operário se autonomizaram e movimentos como o Maio de 1968 em Paris são expressão da crise de acumulação que se instaurara. As tendências revolucionárias ganhavam força, demandando nova ofensiva capitalista.

A retomada do capital veio, nos anos 1980, com o regime de acumulação integral cujos processos de trabalho envolvem a máxima e variada exploração tanto nos países de capitalismo subordinado como nos países de capitalismo dominante. Os processos de trabalho são variados, compreendendo o toyotismo, desenvolvido para abarcar as condições específicas do Japão cujo mercado consumidor demandava produtos em menor escala e variados. Assim, o toyotismo era uma tentativa de combater a “rigidez” do fordismo, as máquinas toyotistas então tinham que ser facilmente adaptáveis a uma grande variedade de produtos e as fábricas precisavam ser menores. Os aspectos dos processos de trabalho no regime de acumulação integral envolvem condições física e psicologicamente degradantes para os trabalhadores, como o trabalho em equipe, que gera cobrança mútua e intenso desgaste entre os funcionários, as subcontratações, que destroem os direitos trabalhistas, como também o trabalho por demanda, que leva os trabalhadores ao limite da exaustão.

Como forma de organização Estatal, da regulação das relações sociais, tem-se o Estado neoliberal, que envolve a desregulamentação das relações de trabalho, a diminuição ou extinção das políticas estatais e a redução dos gastos estatais de forma geral. É o “Estado mínimo e forte” para cumprir a retomada da acumulação capitalista. O Estado é mínimo porque deve interferir minimamente na economia e forte porque deve reprimir com vigor os seus opositores.

Como forma predominante de relações internacionais tem-se o neoimperialismo, havendo a intensificação da competição internacional e conflitos bélicos. Trata-se de um “imperialismo integral” (VIANA, 2009), que envolve a busca internacional por força de trabalho barata, promovendo a transferência de mais-valor dos países de capitalismo subordinado para os dominantes. E os frequentes conflitos bélicos expressam a intensificação da competição entre os países sobre os mercados mais vantajosos.

O avanço do processo de mercantilização tem grande propulsão pela tecnologia microeletrônica, com seu acelerado desenvolvimento e inovação. Com isso, são lançados uma pluralidade de aparelhos sempre aprimorados que tornam-se rapidamente obsoletos. Assim,

produtos como jogos eletrônicos intensificam ainda mais a mercantilização do lazer, assim como intensifica-se o caráter mercantil da cultura.

Em meio à concentração populacional nas grandes metrópoles são desenvolvidas áreas de lazer na tentativa de reproduzir um ambiente natural, distinto das grandes avenidas esfumaçadas:

O espaço periférico se organiza em função das classes mais ou menos privilegiadas. A ocupação do tempo livre assumiu significado econômico, uma vez que o desejo de respirar “ar puro”, de “ver” as cores da natureza e “sentir” a água do mar e das piscinas levam o indivíduo a buscar tais atrativos nas ofertas de lazer: de turismo, dos clubes de campo, das colônias de férias dos órgãos de classe (BACAL, 1988, p. 57).

Proliferam pacotes de turismo, *shopping centers* e clubes de lazer. Ao trabalho intenso tenta-se contrapor a fuga para os ambientes artificialmente criados para simular calma e sossego. Estes ambientes não são gratuitos nem podem ser frequentados por pessoas cuja aparência denuncia o não pertencimento a classes privilegiadas. Corroborando estes processos, com o avanço das políticas neoliberais os espaços públicos de lazer vão sendo deteriorados, assim o lazer vai assumindo cada vez mais um significado econômico. Então, se durante o regime de acumulação conjugado tinha-se um conjunto de benefícios sociais, inclusive de lazer, oferecidos pelo Estado integracionista, no regime de acumulação integral todos os benefícios precisam ser adquiridos por intermédio do dinheiro. O lazer consolida-se, nesse sentido, como mercadoria. Encontra-se, portanto, totalmente submetido ao consumo.

A apropriação capitalista do lazer

Além de ter o produto do seu trabalho explorado pelos capitalistas, o proletariado tem também seu próprio salário destinado à reprodução do capital, seja consumindo os produtos de subsistência, seja consumindo os produtos de lazer oferecidos pelo capital. Desta forma, o avanço do capitalismo não provoca o aumento do tempo “livre”, mas somente o aumento de sua autorreprodução enquanto capital que explora cada vez mais elementos das relações sociais.

Assim, as horas fora do trabalho também consistem em objeto de apropriação pelo capital e a diversão está cada vez mais mediada pelos aparatos do mercado. O lazer, portanto, se manifesta como emanção da economia capitalista. E se temos, por um lado, o trabalho alienado dos trabalhadores, de modo que não participam de seu planejamento nem decidem sobre seu produto, o lazer é também alienado, pois constitui práticas planejadas previamente, de modo que a ausência de liberdade ocorre em tempo integral na vida dos trabalhadores (Cf. CARMO, 2009).

A partir dos diversos programas de lazer preestabelecidos, não se submeter ao lazer definido pelo capital pode ser considerado enfadonho, uma entrega ao tédio. De que modo

poderia um trabalhador comum desenvolver práticas de diversão que chamem mais a atenção do que o cinema hollywoodiano, acompanhado de parques de diversão, jogos, brinquedos e inúmeros aparatos como camisetas, acessórios e também alimentos?

Com isso, abdica-se de práticas criativas de diversão por não se sentir seguro nelas. Em uma sociedade cada vez mais especialista e individualista, ocorre que cada indivíduo se aprofunda em uma só função, seja apertar um parafuso, introduzir informações em uma máquina, editar imagens, desenhar brinquedos, planejar viagens etc. Não cabe então ao ser humano comum delimitar o que é divertido ou não, pois esta é uma tarefa dos especialistas em lazer.

Além disso, o que é a vida de um “cidadão” ordinário comparada à de um jogador de futebol, de um expoente da música pop ou de um ator de Hollywood? Nada que esse “cidadão” fizer será comparável à vida espetacularizada daqueles que frequentam as imagens transmitidas na TV. Isso, porém, não quer dizer que os “astros da cultura pop” estejam imunes ao tédio. Sendo eles também seres humanos carregam consigo a necessidade de se expressar de forma criativa com algo que faça sentido para a coletividade (exercício da práxis).

Mas como fazer isso atuando em um filme que precisa ser comercial, agradar ao maior número de pessoas, é possível? Como fazer uma música que exprime sua mais profunda criatividade se tudo precisa agradar ao máximo número de pessoas para que seja vendido? É claro que na medida em que os valores individuais do referido artista sejam compatíveis com os valores capitalistas, que determinam o que é venal e o que não é, será possível que ele sintasse feliz produzindo para uma cultura mercantil. Isso porém, não significa práxis, pois não se relaciona com a coletividade, já que é impossível o ser humano ser livre em meio à tamanha miséria que assola grande parte da população.

Para além da questão da espetacularização da vida dos artistas, o lazer serve também para fazer com que as pessoas por um momento esqueçam da própria banalidade de suas vidas. Nesse sentido, o lazer tem também a função de evasão, sendo designado como entretenimento. O entretenimento se constitui de uma rede que agrupa diversas atividades, todas elas transformadas em mercadorias para consumo (Cf. TRIGO, 2008).

Assim, o entretenimento reflete a apropriação do lazer pelo capital e expressa uma espécie de fuga do indivíduo para dentro de si mesmo. Na medida em que se entretém com algum produto de lazer, o indivíduo esquece as mazelas da vida e reestabelece seu ânimo para retornar ao trabalho alienado e aos problemas cotidianos da sociedade capitalista como a escassez, a miséria de milhões de indivíduos, a destruição ambiental e o desprezo pelo valor

intrínseco dos seres humanos. Além destes problemas, o entretenimento possibilita também evadir-se da própria inveja ante à concentração de riqueza expressa em mansões, carros luxuosos e passeios paradisíacos que são prerrogativas de uma parcela ínfima da população mundial.

O entretenimento faz, então, a junção entre ócio e negócio, de modo que a diversão não encontra-se separada do mundo do trabalho:

Na verdade, entretenimento passou a ser um componente importante para atrair o consumo e oportunidades de negócios. Não basta oferecer produtos ou serviços. É preciso informar e divertir (basta olhar as *home pages* e catálogos das empresas mais descoladas), criar estilos de vida, gerar experiências para as pessoas. (TRIGO, 2008, p. 147).

Em meio a isso o entretenimento se passa como se fosse algo “mágico”, exprimindo o fetichismo da mercadoria. O que não se percebe em relação ao entretenimento é que todos aqueles produtos são feitos a partir do trabalho humano, sejam brinquedos, jogos, obras de arte, espetáculos esportivos. Tudo isso é produzido por seres humanos concretos, mas que, para o indivíduo que só desfruta por intermédio de telas de *led*, parecem produtos mágicos, de origem desconhecida.

Esta “mágica” provocada pelo entretenimento oculta a face do capital que está por trás. Desta forma, os indivíduos não se percebem como objetos de um planejamento lucrativo, mas como personagens (mesmo que coadjuvantes) de um mundo mágico. Em outras palavras, a “magia” do entretenimento faz que os indivíduos não se percebam como produtores ou financiadores do capital que lucra com tudo aquilo e também faz com que não se sintam ofendidos em ter que trabalhar precariamente para usufruir doses míseras de diversão predefinida.

Apesar da diversidade promovida pela indústria do entretenimento, há algo em comum nas atividades proporcionadas: o fato de que todo esforço intelectual deve ser escrupulosamente evitado. A intenção ideológica é a de fazer com que os trabalhadores se distraiam das questões sociais inerentes ao trabalho e se divirtam por intermédio do consumo premeditado (CARMO, 2009, p. 241).

Por outro lado, intrinsecamente o lazer envolve a busca do capital por complementos à acumulação. Não se trata de uma máquina ideológica de convencer os indivíduos a se esquecerem dos problemas sociais, pois até mesmo a crítica social pode se constituir em objeto de apropriação capitalista. O que rege este processo é simplesmente o lucro. Então, na medida em que algo possa ser vendido será vendido independentemente de contrariar determinados valores. O valor fundamental no capitalismo é, nesse sentido, o valor de troca. Deste modo, os próprios valores dominantes se moldam para isso. A ética burguesa deve, portanto, se adaptar aos objetivos da acumulação de capital.

É neste aspecto que temos a espetacularização da guerra, pois apesar de existirem muitos movimentos pacifistas, existem também muitas pessoas que, devido à própria mortificação psíquica desenvolvida na sociedade capitalista que despreza o valor humano em detrimento do valor de troca, apreciam ver o sofrimento de outros seres humanos. Então, se na guerra do Vietnã, por exemplo, houve um controle dos Estados Unidos sobre o que era divulgado, na guerra do Iraque a Al Jazhira – rede de TV árabe – tratou de expor os hediondos ataques estadunidenses (Cf. TRIGO, 2008).

Outro aspecto a ser observado, no que diz respeito ao lazer e à relação entre classes sociais, é a ascensão de formas de entretenimento que promovem bizarrices por dinheiro. Isso se intensifica nos momentos de crise em que diversas pessoas encontram-se em dificuldades financeiras e aceitam participar de concursos, programas de auditório, desafios bizarros que dão prêmios aos vencedores. Assim, a espetacularização daquilo que é grotesco soma-se à vida espetacularizada dos artistas e à espetacularização da guerra na busca pela acumulação de capital.

O capital mercantil expressa uma fração do capital que busca se apropriar de mais-valor por meio da consumação de mercancias. Em meio a isso temos o capital mercantil recreativo, que investe na consumação de mercancias para lazer. Os mais diversos produtos culturais, sejam eles de “alta cultura” ou “entretenimento”² visam, nesse sentido, a acumulação do capital mercantil recreativo. O capital mercantil não acumula, apenas se apropria, trata-se de um capital improdutivo que visa apropriar parte do mais-valor que é redistribuído pela sociedade.

Além disso, o capital recreativo também vende mercadorias em sua vertente industrial. Se é possível lucrar com os filmes exibidos no cinema, lucra-se também com bonecos, acessórios, camisetas, entre outras mercadorias baseadas nos filmes. A acumulação precisa se desenvolver em escala progressiva, pois a tendência do modo de produção capitalista é a centralização de capitais (Cf. MARX, 1985). Nesta medida, quanto maior o investimento em capital mercantil recreativo, maior será a reprodução do capital produtivo, ou seja, do capital industrial recreativo especificamente e do capital industrial em geral, porque os investimentos em capital mercantil (improdutivo) fomentam o capital industrial (produtivo).

² Aqui não será promovida uma discussão sobre “alta cultura”, “baixa cultura”, “cultura de massas” etc. Para situar a concepção adotada, partimos de um arcabouço conceitual que entende a cultura enquanto produção imaterial humana e ela é expressa na sociedade capitalista como uma cultura mercantil (Cf. VIANA, 2007) devido a sua progressiva mercantilização. Dentro deste arcabouço conceitual temos também o capital comunicacional, uma fração do capital que se debruça sobre a divulgação das produções culturais e o que define o valor dos produtos culturais na sociedade capitalista é o valor cultura, determinado pelos valores dominantes. Então, o que define, na sociedade capitalista, se uma produção cultural é “alta” ou “baixa” são os valores dominantes e as relações que são criadas em torno dos artistas e suas produções.

A complexidade da sociedade capitalista impede uma compreensão de seus reais fundamentos por abordagens superficiais e para além da compreensão do fomento do capital mercantil sobre o capital industrial está a compreensão da repartição do mais valor entre as classes sociais. Inicialmente o mais-valor explorado dos proletários pela classe capitalista é repartido entre esta classe. Capitalistas de meios de consumo consomem os produtos dos capitalistas que fabricam meios de produção. Por meio de impostos e taxas o mais-valor é também redistribuído para o Estado capitalista que a partir daí distribui por toda a burocracia estatal e cargos subalternos. Os próprios trabalhadores cedem ainda mais de sua pequena porção de mais-valor para o Estado e o chamado “setor de serviços” nada mais faz do que se apropriar de mais-valor vendendo mercadorias produzidas pelas indústrias capitalistas acrescidas de serviços como transporte, limpeza, conservação, entre outros, que não geram mais-valor, mas que são necessários para a reprodução do capital. (MARX, 1999; 2004).

Assim, os trabalhadores improditivos também contribuem para a reprodução do modo de produção capitalista. Mas, mais profundamente, o trabalhador produtivo, aquele que gera mais-valor, produz toda a riqueza da sociedade e não delibera sobre a repartição desta riqueza cuja balança pesa muito mais para o lado capitalista. Além de ter explorado seu tempo de trabalho, o trabalhador produtivo vê também ser explorado seu tempo de lazer, fomentando a apropriação do capital mercantil e a exploração do capital industrial na medida em que dispense seu salário na aquisição de mercadorias e mercancias de lazer que, na contemporaneidade, cada vez mais são incluídas como necessidades sociais básicas dos seres humanos.

Considerações finais

A partir da análise histórica do desenvolvimento do lazer no modo de produção capitalista é possível perceber a forma como o capital se apropria de todo o tempo dos trabalhadores. A princípio este tempo é totalmente reduzido a trabalho, no regime de acumulação extensivo o capital se apropriava do tempo livre suprimindo-o ao máximo, tendo em vista as longas jornadas de trabalho. A partir do regime de acumulação intensivo, com a redução das jornadas de trabalho, o tempo liberado passa a ter significância, possibilitando a prática do lazer. Porém, tão logo os trabalhadores dispõem de tempo para lazer o que eles fazem durante este tempo passa a ser objeto de controle pelos capitalistas e por instituições sociais como o Estado e a igreja.

No período pós-guerras, como regime de acumulação conjugado, é que o lazer se estabelece de forma acabada, com a progressiva mercantilização das relações sociais. A música, o esporte moderno e a cultura em geral se consolidam como objetos para consumo. Na

contemporaneidade, com o regime de acumulação integral, é desenvolvida uma pluralidade de nichos de mercado, com uma infinidade de produtos para os mais variados gostos, levando em consideração sempre a busca pela acumulação em detrimento de valores humanos autênticos.

Os seres humanos na sociedade capitalista são heterodeterminados, comportando-se como máquinas: trabalhando e se divertindo segundo as imposições do capital. Um tempo verdadeiramente livre seria improdutivo para o capital, por isso é tão importante capitalizar o lazer.

O fundamento da sociedade capitalista é o mais-valor. Variam-se as formas de exploração, as regulamentações sociais, as relações internacionais, intensificam-se os processos de burocratização e mercantilização, o lazer também assume diferentes formas. O conteúdo, porém, que sustenta a sociedade regida pelo capital é a exploração do trabalho que resulta na extração de mais-valor e sua acumulação.

As diferentes classes sociais desfrutam do lazer de formas distintas. Porém, a principal diferença está na opulência das classes privilegiadas e não na suposta liberdade que estas possuem. Para as classes desprivilegiadas, resta o sofrimento da vida ordinária e a insuperável insatisfação por não poder desfrutar de toda a “magia” que o entretenimento oferece. Mas para os seres humanos de todas as classes sociais na sociedade capitalista não há liberdade autêntica, pois mesmo os maiores privilégios não rompem com a necessidade última do capital que é a constante e progressiva acumulação. Nesse sentido, a única forma de desfrutar de um tempo realmente livre para o exercício autêntico das potencialidades humanas é romper com o capital e suas correntes.

Referências

- BACAL, Sarah. *Lazer. Teoria e pesquisa*. São Paulo: Loyola, 1988.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BRETAS, Ângela. *Nem só de pão vive o homem*. Criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- CARMO, Hérica Silva. Trabalho, tempo livre e indústria cultural: Relações de fetiche e entretenimento. *Ensino em Re-vista*, Uberlândia (mg), v. 16, n. 1, p. 231-243, jan. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7961/5067>. Acesso em: 09 jan. 2018.
- HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de O capital*. Resultados do processo de produção imediata. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro primeiro. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996a.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro primeiro. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro segundo, 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

- MARX, Karl. Para a crítica da economia política. O rendimento e suas fontes. In: MARX, Karl. *Os pensadores Marx*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 23-54; 187-254.
- MASCARENHAS, Fernando. O lazer e o príncipe eletrônico. *Licere*, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 46-60, set. 2001.
- ORIO, Mateus. *Lazer e capitalismo*. A apropriação do tempo livre pelo capital. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018, no prelo.
- PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Alínea, 2000.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TRIGO, Luiz. *Entretenimento*. Uma crítica aberta. 2. ed. São Paulo: Senac, 2008.
- VIANA, Nildo. *A mercantilização das relações sociais*. Modo de produção capitalista e formas sociais burguesas. Rio de Janeiro: Ar, 2016.
- VIANA, Nildo. A mercantilização do lazer. *Espaço Livre*, Goiânia, v. 9, n. 18, p.56-68, jul-dez. 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/issue/view/rec18/showToc>. Acesso em: 08 mar. 2017.
- VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania*. A dinâmica da política institucional no capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- VIANA, Nildo. *O capitalismo na era da acumulação integral*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. Para além da crítica dos meios de comunicação. In: VIANA, Nildo (org.). *Indústria cultural e cultura mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007.

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão acerca do desenvolvimento histórico do lazer a partir de uma concepção dialética. Nesse sentido, é necessário partir do lazer enquanto concreto dado para reconstruir o fenômeno no pensamento como concreto determinado. Tendo como referencial teórico o materialismo histórico, a realidade é concebida como uma síntese de múltiplas determinações. A principal questão a ser discutida aqui é como o lazer se desenvolve na sociedade capitalista e quais as relações deste fenômeno com as classes sociais. No presente estudo são apresentadas uma concepção de lazer; o desenvolvimento histórico do lazer; e alguns elementos da apropriação capitalista do lazer, apontando para a crítica da sociedade capitalista e das práticas de divertimento.

Palavras-chave: Capital recreativo; Lazer; Regimes de acumulação.

Resumen: El objetivo de este trabajo es presentar una discusión acerca del desarrollo histórico del ocio a partir de una concepción dialéctica. En ese sentido, es necesario partir del ocio como concreto dado para reconstruir el fenómeno en el pensamiento como concreto determinado. Teniendo como referencial teórico el materialismo histórico, la realidad es concebida como una síntesis de múltiples determinaciones. La principal cuestión a ser discutida aquí es cómo el ocio se desarrolla en la sociedad capitalista y cuáles son las relaciones de este fenómeno con las clases sociales. En el presente estudio se presenta una concepción de ocio; el desarrollo histórico del ocio; y algunos elementos de la apropiación capitalista del ocio, apuntando a la crítica de la sociedad capitalista y de las prácticas de diversión.

Palabras clave: Capital recreativo; Ocio; Regímenes de acumulación.

*Recebido em 28/10/2018

*Aceito em 20/12/2018